



Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

EXPEDIENTE de 16/06 a 07/07/2026

1. Nos termos do artigo 50, inciso II, do Regimento Interno, foram recebidos por esta Comissão os seguintes documentos:

- Convite da Procuradoria Federal do Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal (PFDC-MPF) para Audiência Pública sobre “Produção e comercialização de livros em Braille no Brasil”, a ser realizada no dia 25 de junho de 2026, às 14h;
- Ofício Circular 26/26 CEDES/CÂMARA encaminhando convite para participar como ouvinte do seminário "Reurbanização das favelas para o desenvolvimento social", dia 9 de julho de 2026, das 9h às 13h, no Plenário 4, da Câmara dos Deputados;
- Resposta ao Requerimento de Informação (RIC) nº 1199/2026, conforme Ofício SEI Nº 33895/2026/MF, de 25 de junho de 2026, do Ministério da Fazenda;
- Resposta ao Requerimento de Informação (RIC) nº 1086/2026, conforme Ofício Nº 3287/2026/ASPAR/GM/GM-MEC, de 25 de junho de 2026, do Ministério da Educação;
- Moção de Apoio 01/2026 da Câmara Municipal de Capela de Santana em relação às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), às suas famílias e às entidades que atuam na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, diante do julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) nº 7779 e nº 7790, em tramitação no Supremo Tribunal Federal.

2. Foram feitas as seguintes designações de relatoria:

DIA 16/06/2026

À Deputada Andreia Siqueira

PROJETO DE LEI Nº 2.123/26 - do Sr. Duarte Jr. - que "dispõe sobre a formação obrigatória de professores da educação básica em educação inclusiva e dá outras providências".

Ao Deputado Dr. Francisco

PROJETO DE LEI Nº 1.994/26 - do Sr. Romero Rodrigues - que "altera as Leis nºs 9.656, de 3 de junho de 1998, e 9.961, de 28 de janeiro de 2000, para reforçar a

vedação de práticas discriminatórias na contratação e manutenção de planos privados de assistência à saúde".

Ao Deputado Geraldo Resende

PROJETO DE LEI Nº 2.064/26 - do Sr. Rodrigo Rollemberg - que "dispõe sobre a integração dos estados e do Distrito Federal ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP), institui o Padrão Nacional Mínimo do Boletim de Ocorrência e prevê a identificação de mulheres com deficiência nos registros de ocorrências policiais".

Ao Deputado Márcio Honaiser

PROJETO DE LEI Nº 1.726/26 - do Sr. Aureo Ribeiro - que "dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão do Símbolo Internacional de Acessibilidade e demais símbolos de identificação de deficiências nos documentos oficiais de identidade emitidos no território nacional, e dá outras providências".

À Deputada Silvia Cristina

PROJETO DE LEI Nº 2.079/26 - da Sra. Geovania de Sá - que "altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para atualizar o limite de valor na aquisição de automóveis com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) por pessoas com deficiência".

PROJETO DE LEI Nº 2.124/26 - do Sr. Duarte Jr. - que "dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais às empresas que desenvolvam tecnologias assistivas, e dá outras providências".

DIA 22/06/2026

À Deputada Dra. Alessandra Haber

PROJETO DE LEI Nº 3.433/25 - do Sr. Amom Mandel - que "dispõe sobre a coleta e divulgação de dados referentes à aprovação de estudantes com deficiência em universidades públicas federais e estaduais".

Ao Deputado Márcio Honaiser

PROJETO DE LEI Nº 1.756/25 - do Sr. Delegado Caveira - que "altera as Leis nº 8.213, de 1991, e nº 13.146, de 2015, para dispor sobre a inclusão profissional de pessoas com transtorno do espectro autista".

DIA 30/06/2026

À Deputada Flávia Moraes

PROJETO DE LEI Nº 2.399/26 - da Sra. Renata Abreu - que "dispõe sobre medidas de proteção social, inclusão produtiva e amparo transitório aos responsáveis familiares e cuidadores de pessoas com deficiência beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada — BPC, altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências".

À Deputada Maria Rosas

PROJETO DE LEI Nº 2.354/26 - dos Srs. Eduardo da Fonte e Lula da Fonte - que "altera o Código Penal para prever causa de aumento de pena no crime de estupro de vulnerável quando a vítima estiver em situação de dupla vulnerabilidade".

PROJETO DE LEI Nº 2.400/26 - da Sra. Renata Abreu - que "institui a Política Nacional de Manutenção e Substituição de Tecnologias Assistivas de Mobilidade fornecidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e dá outras providências".